

## Introdução

Teorias sobre coalizões internacionais (e temas similares, como ação coletiva, grupos, alianças, cooperação, entre outros) têm lugar de destaque na disciplina de Ciência Política. Em relações internacionais, apesar de os estudos de coalizões terem recebido menos atenção, um crescente número de trabalhos vem sendo produzido (Oliveira, Onuki e Pereira Neto, 2006).

A maioria dos estudos concentra-se em temas de segurança militar e apenas a minoria centra-se no papel das coalizões de potências médias ou de países em desenvolvimento no âmbito de instituições comerciais, como, por exemplo, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa lacuna provavelmente decorre da combinação de dois fatores. Primeiro, a participação dos países em desenvolvimento como atores relevantes nas negociações multilaterais de comércio é um fenômeno relativamente novo, recebendo crescente destaque apenas a partir da Rodada Uruguai (1986-1994) do General Agreement on Tariffs and Trade – GATT/OMC. Em segundo lugar, e possivelmente uma razão mais significativa, tradicional-

mente as teorias *mainstreams* (realismo e liberalismo) de relações internacionais têm prestado pouca atenção ao papel dos países em desenvolvimento<sup>1</sup>.

Possivelmente por conta da prioridade dada aos estudos de segurança (que se supõe despertar o interesse de um menor número de atores domésticos e por ser muitas vezes “segredo de Estado” – ver Quadro 1, p. 13), os trabalhos teóricos não se preocupam em avaliar a influência das demandas dos grupos de interesses<sup>2</sup> domésticos no comportamento das coalizões internacionais, apesar de alguns pesquisadores apontarem para a existência de “coalizões mistas”, que contam com a participação de atores estatais e não estatais (por exemplo, organizações não governamentais – ONGs e empresas multinacionais), possibilitando alguma teorização sobre esse novo tipo de ação coletiva (Villa, 2005; Sell e Prakash, 2004; Keck e Sicking, 1998).

Três situações não mutuamente excluídas *podem* influenciar, ainda que não determinar, os desempenhos das coalizões internacionais<sup>3</sup>: (1) a configuração dos interesses domésticos dos Estados participantes; (2) país ou países poderosos contrários às coalizões analisadas que buscam fragmentar os

---

\* Este trabalho se beneficiou de diversas apresentações em seminários de pesquisa no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e da participação no 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em julho de 2007. Agradeço especialmente aos comentários de Wagner Pralon, Amâncio de Oliveira, Fernando Limongi, Nizar Messari, Feliciano Guimarães e a um parecerista anônimo da *BIB (Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais)*. Os eventuais erros são de responsabilidade do autor.

interesses domésticos das nações participantes dessas alianças; e (3) situações diametralmente opostas ao segundo item: coalizões de países em desenvolvimento e/ou de potências médias que participam do “jogo de dois níveis” do país ou das nações mais poderosas que a elas se contrapõem.

Na próxima seção, revisaremos a bibliografia teórica sobre coalizões internacionais. Identificaremos cada uma das subseções conforme o principal tema de pesquisa envolvendo essas coalizões, ou seja: o problema do número; as ameaças; a reciprocidade; a identidade coletiva; e os países fracos. Posteriormente, apresentaremos uma abordagem teórica complementar para preencher o que julgamos ser uma lacuna na bibliografia sobre coalizões. Finalmente, concluiremos propondo uma agenda para pesquisas futuras.

### **Revisão da literatura: abordagens teóricas sobre ação coletiva internacional**

#### *O problema do número*

O livro de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*, lançado em 1965, é um estudo pioneiro por usar a perspectiva da escolha racional para entender problemas políticos<sup>4</sup>.

Em artigo intitulado “An economic theory of alliances”, publicado originalmente em 1966, Olson e Zeckhauser aplicam algumas considerações expostas em *A lógica da ação coletiva* para entender o funcionamento de organizações internacionais. Embora acreditassem na universalidade do modelo, eles utilizaram os exemplos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e mais brevemente o Comitê de Assistência para Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) para corroborarem sua teoria.

Argumentava-se que os Estados Unidos e outros grandes membros arcavam com um custo desproporcional para promover a defesa comum dos países da Otan, e que os menores membros da Otan devotavam comparativamente menores porcentagens de suas rendas para a defesa. Havia também uma preocupação com os fracassos da instituição para promover os benefícios que seus membros consideram “ótimos”. Os países europeus da Otan estavam muito mais próximos da linha de batalha com a ex-URSS e tinham menos capacidade de se defender sozinhos do que os Estados Unidos. Segundo os autores, seria lógico que esses países tivessem interesse em devotar maiores proporções de seus recursos para a Otan do que os norte-americanos (Olson e Zeckhauser, 1970 [1966], p. 121). Similarmente, as nações menores não estavam pagando suas cotas de contribuição para a ONU, conseqüentemente, as contribuições dos Estados Unidos alcançavam um nível que ameaçava a independência da organização. O escasso apoio à ONU e a sua situação financeira complicada também eram preocupantes.

Conforme Olson e Zeckhauser (p. 122), “one purpose that all such organizations must have is that of serving the common interests of member states”. No caso da Otan, a sua preferência revelada é proteger os Estados-membros de uma agressão feita por um inimigo comum. Mas, na medida em que qualquer ação individual para fornecer um benefício coletivo também vai para os outros membros, os participantes individuais da organização passam a não ter incentivos para fornecer quantidades ótimas de tais bens. Ou seja, “when the group interested in a public good is very large, and the share of the total benefit that goes to any single individual is very small, usually no individual has an incentive to

purchase any of the good” (Olson e Zeckhauser, p. 123).

Após comprovarem a teoria empiricamente, os autores concluem que na ONU há uma força sistemática tendente a incentivar as nações menores a não pagarem suas cotas e as grandes nações a assumirem partes maiores dos custos. As maiores nações industrializadas arcam com custos desproporcionais para a manutenção da instituição em comparação com os países menos desenvolvidos. Na Otan, também há uma correlação significativa entre o tamanho das rendas nacionais dos membros e a porcentagem de suas rendas nacionais devotadas para a defesa comum. Conforme o modelo, isso ocorre porque cada aliado desfruta de apenas uma fração dos benefícios coletivos, mas arca com os custos de qualquer quantidade adicional deste bem. Isso significa que os membros individuais do grupo são incentivados a parar de fornecer benefícios coletivos bem antes do ótimo de Pareto<sup>5</sup> ser alcançado<sup>6</sup>.

### *As ameaças*

Stephen M. Walt (1987, p. 21) constata que o equilíbrio de poder e o *bandwagoning* são usualmente pensados apenas em termos de capacidades materiais. O equilíbrio implicaria um alinhamento com o lado mais fraco e o *bandwagoning* uma parceria com o lado mais forte (Waltz, 1979, p. 123-128). Conforme Walt, embora o poder seja uma parte importante da equação, não é a única. Seria mais preciso argumentar que os Estados tendem a alinhar-se ou contrapor-se a uma potência externa ameaçadora. Assim, outros fatores são importantes para avaliar os níveis de ameaças impostos pelos Estados, como: *poder agregado, proximidade geográfica, poder ofensivo e intenções agressivas*.

Por si só, o poder agregado pode fornecer um motivo para equilibrar-se ou ali-

nhar-se ao mais forte – “the greater a state’s total resources [...], the greater a potential threat it can pose to others” (Walt, 1985, p. 9). Contudo, uma vez que a habilidade para projetar poder diminui com a distância, os Estados que estão mais próximos são mais ameaçadores. Assim, os Estados têm mais chance de formar suas alianças para se defender de potências próximas. As capacidades ofensivas também podem criar um forte incentivo para os outros se equilibrarem: “all else being equal, states with large offensive capabilities are more likely to provoke an alliance than those who are either military weak or capable only of defending” (*idem*, p. 11). Por último, os Estados aparentemente mais agressivos provavelmente farão com que outros se equilibrem contra eles.

Walt também examina três outras explicações alternativas para a formação de alianças: a hipótese da solidariedade ideológica, a da ajuda externa e a da “penetração transnacional”<sup>7</sup>. O autor constata que a “ideological solidarity is less important than external threats as a cause of alliances” (Walt, 1987, p. 266). Da mesma forma, “neither foreign aid nor penetration has proven to be of much use as an explanation of alliance formation” (p. 268). Em resumo, a formação de alianças ocorre basicamente por causa de ameaças por parte de potências estrangeiras.

Walt utiliza casos históricos de conflitos no Oriente Médio, pois, segundo argumenta, a maior parte dos pressupostos sobre a formação de alianças (ou das relações internacionais de maneira geral) foi derivada da história do sistema europeu de grandes potências, assim ele deseja que sua teoria passe por um “teste forte” ao prever o comportamento de Estados que não são nem europeus nem grandes potências (Walt, 1987, p. 13).

## *A reciprocidade*

Conforme Axelrod e Keohane (1985, p. 226), cooperação não é sinônimo de harmonia. Esta requer identidade completa de interesses, mas a cooperação apenas ocorre em situações em que se misturam conflitos e interesses comuns. Em tais situações, há cooperação quando os atores ajustam seus comportamentos ao interagir com outros países ou ao antecipar as preferências de outros Estados.

Para esses autores, três fatores favorecem a cooperação em um mundo sem um “governo central”: a mutualidade de interesses, as perspectivas positivas a respeito da parceria e um número reduzido de atores. Caso houvesse um “governo mundial”, possivelmente a cooperação poderia ser obtida por meio de um pacto hobbesiano, em que os Estados individuais seriam coagidos a obedecerem às regras criadas pela autoridade soberana (Axelrod, 1984).

Segundo Axelrod e Keohane (1985), a cooperação internacional é mais fácil de ser alcançada em alguns contextos do que em outros. Nas relações econômicas, os atores esperam que seus relacionamentos continuem em um período indefinido de tempo, portanto, os jogos são repetidos. Normalmente, nenhum dos lados na interação econômica pode eliminar o outro ou mudar a natureza do jogo em uma única partida. Por sua vez, em questões de segurança, a possibilidade de uma guerra preventiva pode fazer com que o Estado racional ataque o seu inimigo de surpresa, resultando em um jogo de apenas uma partida.

Em *The evolution of cooperation* (Axelrod, 1984, p. 10-11), o autor mostrou que a reciprocidade pode ser uma estratégia efetiva para induzir a cooperação entre atores autointeressados que esperam interagir um número indefinido de vezes. Entretanto, a

reciprocidade efetiva depende de três condições: (1) os jogadores podem identificar os não cooperadores; (2) podem retaliá-los; e (3) têm incentivos suficientes de longo prazo para puni-los. Quando há muitos atores, essas condições são frequentemente mais difíceis de serem satisfeitas (Axelrod e Keohane, 1985, p. 235). Nessas situações, pode ser difícil identificar, muito menos punir, a falta de cooperação.

A cooperação também será mais provável se os custos para certificar-se da adesão dos parceiros e de coagi-los a participarem forem baixos. Portanto, as instituições internacionais são importantes para aumentar a interatividade entre os Estados, para reduzir os custos de identificação e para tornar as ameaças de punição mais críveis (Axelrod e Keohane, 1985, p. 238-239).

Por último, três outros fatores também afetam a cooperação: as barganhas cruzadas, as conexões entre as políticas domésticas e as internacionais, e as incompatibilidades entre jogos. As barganhas cruzadas referem-se a situações em que diferentes áreas temáticas afetam-se mutuamente. Do mesmo modo, questões domésticas podem influenciar negociações internacionais. Finalmente, jogos diferentes ocorrem paralelamente nas políticas mundiais, envolvendo diversos atores. Às vezes, a existência de mais de um jogo inter-relacionado torna mais fácil a cooperação, mas “jogos sobrepostos” também podem dificultar a criação de parcerias. Assim, jogos em diferentes tabuleiros podem acirrar os conflitos ou aprofundar a cooperação. Salientamos, contudo, que esses três fatores têm papel secundário na explicação.

Soares de Lima e Santos (2001) elaboraram um modelo espacial para mostrar por que o Congresso (deputados e senadores) brasileiro delega decisões de política de comércio exterior para o presidente da república. Neste modelo, o medo de envolvimento

em questões distributivas e a falta de conhecimento especializado por parte de deputados e senadores faz com que estes deleguem assuntos de política comercial ao Executivo, mas deem estabilidade às decisões presidenciais que envolvem outras nações. Consequentemente, muitas decisões de política externa elaboradas pelo presidente se distanciam do ponto ideal do Legislativo.

Em um exemplar especial da *International Studies Review* de 2001, editado por Margareth G. Hermann e Joe D. Hagan, diversos autores escreveram sobre três tipos básicos de unidades de decisão de política externa: o líder poderoso, o grupo unitário (*single group*) e a coalizão de atores autônomos. Um líder poderoso é um indivíduo que tem a habilidade de paralisar a oposição e o poder de tomar decisões isoladamente. Um grupo unitário é um conjunto de indivíduos, todos membros de um único corpo, que coletivamente selecionam o rumo da ação consultando uns aos outros. No caso de coalizões de atores autônomos, os atores necessários são indivíduos, grupos ou representantes de instituições que podem agir em nome do governo, porém, nenhum ator isolado tem a habilidade para decidir e forçar a obediência por parte dos outros (Hermann, 2001, p. 56-57). Como se pode inferir, as análises que mais se aproximam do nosso tema são aquelas que analisam o papel dos grupos unitários (Hermann *et al.*, 2001) e das coalizões (Hagan *et al.*, 2001).

Com relação à conexão entre as políticas domésticas e às políticas internacionais, Milner (1992, p. 496) sustenta que esta literatura “suffers from a systemic neglect of domestic factors – even while it depends on implicit theories about international politics”. Certamente, a literatura mudou muito desde a análise de Milner. No entanto, a maioria das análises ainda foca como grupos

domésticos influenciam a política externa de um país específico ou como fatores externos influenciam a formação de coalizões domésticas, semelhantemente às análises clássicas da “segunda imagem invertida” (Gourevitch, 1978; Rogowski, 1989).

A formulação do jogo da caça ao cervo (*stag hunt*) foi inspirada na obra de Jean-Jacques Rousseau, *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade do homem* (1754-1755), em que ele argumenta que os homens se uniriam caso existisse a possibilidade da obtenção de ganhos por meio da cooperação mútua. Contudo, essa cooperação somente duraria se não houvesse outros incentivos para a não cooperação. Se, por exemplo, o objetivo fosse apanhar um cervo, cada um faria a sua parte nos esforços de caça, mas, se um coelho estivesse ao alcance de um deles, não haveria dúvida de que o caçador mudaria o seu foco, não se importando se os seus companheiros ficassem de “mãos vazias”.

O dilema de segurança, formulado por Jervis (1978) e inspirado no jogo da caça ao cervo, representa um contexto de interação estratégica entre Estados unitários e racionais em um contexto em que não há informação sobre as intenções dos outros países. Portanto, o resultado (*pay-off*) obtido pelos Estados é normalmente diferente do que eles desejam: o aumento da insegurança internacional e o início de uma escalada armamentista.

Há quatro resultados possíveis neste jogo: (1) cooperar e apanhar o cervo (o análogo internacional é a cooperação e o desarmamento); (2) caçar o coelho enquanto os outros permanecem em seus postos (manter um nível considerável de armas enquanto os outros se desarmam); (3) perseguir o coelho, assim como os outros o fazem (a corrida armamentista e risco da guerra); e (4) ficar na posição original enquanto os outros vão

atrás do coelho (ficar desarmado enquanto os outros se armam).

Supondo que os Estados são racionais, isto é, desejam preservar a sua segurança, há dois resultados prováveis: ou Estados cooperam e estabelecem a paz, ou os dois não cooperam e cada um obtém uma recompensa significativamente menor (ambos iniciam uma corrida armamentista), mas preservam a sua segurança devido ao medo de cooperarem enquanto os outros não o fazem (ver Tabela 1).

Dada cada uma das situações acima, o que torna mais ou menos possível a cooperação mútua entre os atores? As chances de se obter esse resultado serão maiores caso: (1) haja mais incentivos para cooperar e/ou se diminua os custos que os atores terão se eles cooperarem e os outros não o fizerem; (2) a diminuição dos incentivos para a não cooperação e/ou o aumento dos custos da não cooperação mútua; (3) o aumento das expectativas de que os outros também cooperarão (Jervis, 1978, p. 167).

O argumento de Axelrod e Keohane (1985) é que o contexto da interação estratégica pode mudar por meio da formação de instituições, que desempenham três funções básicas para a formação das preferências dos atores: (1) aumentam o fluxo de informações, permitindo maior transparência acerca das intenções, interesses e preferências dos Estados, contribuindo para a redução da incerteza que caracteriza o ambiente anárquico; (2) estabelecem mecanismos de monitoramento e controle para verificar se os Estados-membros cumprem os acordos estipulados; e (3) mudam as *expectativas* dos atores a respeito da solidez dos acordos ao longo do tempo, pois as regras e procedimentos que moldam o comportamento dos atores diminui a incerteza a respeito do futuro.

Tabela 1

Caça ao Cervo ou Dilema da Segurança

	Cooperar	Não Cooperar
Cooperar	1,1	4,2**
Não Cooperar	2,4**	3,3

\*\* Resultados do Equilíbrio de Nash no jogo proposto.

*A identidade coletiva*

Conforme Wendt (1994), a maioria dos estudos pressupõe que a ação coletiva deve ser analisada nos termos de Mancur Olson, que acreditava que a cooperação entre atores autointeressados pode ser promovida mediante coerções ou incentivos seletivos aos Estados individuais. Contudo, muitas vezes os interesses são criados e transformados na interação entre os países.

Em seu trabalho, Wendt está interessado na construção de identidades e interesses coletivos, utilizando uma abordagem sociológica em vez de econômica. Assim, a habilidade para resolver problemas de ação coletiva depende em parte de como as identidades sociais dos atores constroem interesses coletivos ou autointeressados:

Self-interest is sometimes defined so as to subsume altruism, which makes explanations of behavior in such terms tautological. Instead, I shall define self-interest and collective interest as effects of the extent to which and manner in which social identities involve an *identification* with the fate of the other (whether singular or plural). Identification is a continuum from negative to positive – from conceiving the other as anathema to the self to conceiving it as an extension of the self (Wendt, 1994, p. 386).

Wendt não sugere que as identidades coletivas substituam as razões egoístas dadas

exogenamente em um modelo racional, mas que identidades e interesses sejam tratados como variáveis dependentes endógenas à interação. A identificação é um contínuo em que os atores normalmente vão desde motivos totalmente egoístas até razões de lealdades solidárias, permitindo analisar a ação coletiva não apenas como um equilíbrio entre os custos e os benefícios da cooperação entre atores autointeressados, “but as a process of creating new definitions of self” (Wendt, 1994, p. 387).

Assim, Wendt dá dois motivos para adotar uma abordagem “estadocêntrica”, que são: os Estados continuam sendo zelosos de suas soberanias e também resistem mais à identificação coletiva do que outros atores, apesar da crescente importância dos atores não estatais nas políticas mundiais; a identificação coletiva é uma condição importante para a emergência de um “Estado internacional”, o que provocaria uma transformação estrutural no sistema estatal de Westphalia (Wendt, 1994, p. 385).

Em resumo, para os *construtivistas* da linha de Wendt: os interesses ou preferências são baseados nas representações a respeito de si mesmo e dos outros; essas representações se alteram constantemente, mesmo se sua estabilidade relativa em certos contextos permitir tratá-las como se elas fossem fixas; e muitas vezes os Estados agem de maneira egoísta, mas isso não necessariamente exclui a construção de identidades coletivas (Wendt, 1994, p. 388).

### *Os países fracos*

Os últimos trabalhos a serem analisados apresentam a visão de Estados considerados menos significativos para o entendimento das relações internacionais pelos autores do *mainstream* (Ayooob, 2002), mas que podem afetar os resultados ou pôr obstáculos às me-

tas buscadas pelas grandes potências do sistema internacional (Keohane, 1971).

Integrando *insights* das correntes racionalistas e construtivistas, Narlikar (2003, p. 31) classifica as coalizões em dois tipos ideais, que representariam duas pontas de um espectro: as coalizões do tipo aliança e as do tipo bloco.

As coalizões do primeiro tipo são manifestações de interesses materiais concretos. Considerações de poder relativo, concessões políticas na forma de “trocas de favores” (*logrolling*)<sup>8</sup> e o peso coletivo são fatores importantes na construção desse tipo de coalizão. Embora essas coalizões possam abranger vários setores, elas são mais fáceis de serem construídas do que as “coalizões temáticas”, que se concentram em um único aspecto importante da negociação (Higgott e Cooper, 1990), pois “trocas de favores” são mais difíceis de serem feitas em uma área temática específica.

As coalizões do tipo aliança possuem três características fundamentais: atores autointeressados em oposição a identidades coletivas; razões instrumentais para se unirem em contraste com razões ideológicas; e direcionamento para ameaças específicas em vez de formar uma identidade ideológica e de alimentar esperanças de serem relevantes em todas as situações (Narlikar, 2003, p. 31).

As coalizões do tipo bloco são caracterizadas por serem compostas apenas de Estados que possuem identidades comuns. É possível que a ação coletiva possa começar com características de uma aliança, desenvolvendo gradualmente uma identidade coletiva entre os seus membros para se formar uma coalizão do tipo bloco. Uma característica marcante é a unidade consciente de Estados que compartilham as mesmas ideias e identidades, sobrevivendo à razão original que fez com que eles se alinhassem. Assim, coalizões do tipo bloco revelam grande durabilidade,

adaptando-se a novas questões, mesmo depois de a questão original para a criação da coalizão ser resolvida e de forma relativamente independente dos sucessos ou fracassos<sup>9</sup> do grupo (Narlikar, 2003, p. 31-32).

As coalizões do tipo aliança e as do tipo bloco oferecem diferentes vantagens. As alianças são capazes de incluir novos membros sem se preocupar se os potenciais parceiros terão afinidades suficientes com o grupo ou não. Elas podem incluir novos acordos e questões relacionadas sem temer que isso possa comprometer a ideologia coletiva. As coalizões do tipo blocos são melhores em formular propostas e em bloquear negociações internacionais. Assim, recompensas oferecidas por parte de terceiros para membros individuais não desafiam de forma considerável a identidade do grupo (Narlikar, 2003, p. 32).

Em texto posterior, Narlikar e Tussie (2004) analisam uma importante coalizão da Rodada Ministerial de Cancun: o G-20 da agricultura. Conforme as autoras, “as análises teóricas e os precedentes históricos indicavam que o grupo entraria em colapso na etapa final e, no entanto, ele sobreviveu” (Narlikar e Tussie, 2004, p. 47). O sucesso do grupo deveu-se a um processo de aprendizagem que possibilitou o desenvolvimento de estratégias que ajudaram a mantê-lo coeso.

Muitas dessas características decorrem [...] da experiência passada dos países em desenvolvimento com coalizões e processos de negociação e sugerem um sistema de aprendizagem social. [...] o G20 decorre de quase duas décadas de aprendizado dos países em desenvolvimento (Narlikar e Tussie, 2004, p. 48).

Conforme Narlikar e Tussie (2004), os textos teóricos sobre coalizões interestatais salientam dois problemas centrais com que

se deparam as coalizões dos países em desenvolvimento: peso externo mínimo e risco de fragmentação. O primeiro problema decorre da menor participação dos países em desenvolvimento na economia mundial. O segundo problema relaciona-se à possibilidade de fragmentação da coalizão (Narlikar e Tussie, 2004, p. 55).

A maior virtude do G-20 reside no seu peso econômico<sup>10</sup>. Seria muito difícil para os Estados Unidos e para a União Europeia “ignorar uma coalizão que abrangia mais de dois terços da população mundial e 60% dos agricultores de todo o mundo e era liderada por um poderoso núcleo de potências emergentes” (*idem*, p. 60), especialmente Argentina, Brasil, China, Índia e África do Sul.

A coesão do G-20 deveu-se, em grande parte, ao seu núcleo central, particularmente Brasil, China e Índia. Enquanto o grupo permanecesse unido, era provável que a coalizão perdurasse. Em segundo lugar, o grupo conseguiu evitar o antagonismo não somente dos membros menores, mas manteve boas relações com as coalizões para Produtos Especiais e para Mecanismos Especiais de Salvaguardas, sendo também apoiado pelo Grupo Africano no final da rodada. Assim, o G-20 assemelhou-se às coalizões temáticas do tipo bloco, conseguindo evitar conflitos com outros grupos. A pesquisa e a cuidadosa análise em que se baseava a proposta do G-20 contribuíram para a sua coesão interna e para sua legitimidade externa, caracterizando-se não apenas por ser uma coalizão de veto, mas uma coalizão com agenda de negociação própria (*idem*, p. 62).

Narlikar não tem se preocupado em investigar a formação dos interesses dos participantes das coalizões. Ela considera que as preferências dos Estados são dadas e são mais facilmente encontradas nas estatísticas nacionais. “For instance, the fact that agriculture contributes to over 60 per cent

of Argentina's export income explains the country's enthusiastic membership of the Cairns Group" (Narlikar, 2003, p. 19-20).

A autora concorda que os *lobbies* domésticos influenciam as escolhas de políticas públicas nacionais e as políticas externas dos países. No caso dos países em desenvolvimento, ela argumenta que os *lobbies* tradicionalmente têm papel mais reduzido do que nas democracias desenvolvidas. Além disso, o processo de tomada de decisão da OMC, onde o G-20 e as demais coalizões estudadas pela autora atuam, é bastante impermeável às pressões políticas domésticas. Em ambos os casos, o déficit democrático é a variável explicativa da suposta baixa participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão dos países em desenvolvimento e também no âmbito

da OMC. No entanto, a autora não oferece evidências suficientes para comprovar seu pressuposto, sendo necessárias pesquisas mais aprofundadas para saber se o argumento tem realmente fundamento empírico.

No Quadro 1, elaboramos uma síntese da literatura discutida neste artigo. Para não sermos exaustivos, analisamos apenas a obra de precursores de uma determinada corrente teórica sobre coalizões internacionais. Não mencionamos análises que se preocupam em entender como coalizões domésticas (no Congresso, grupos de interesses etc.) influenciam a formulação de políticas domésticas. Também não classificamos aqueles que se preocupam em entender como pressões internacionais criam clivagens domésticas, por exemplo, entre agricultores e industriais.

**Quadro 1**

**Resumo das Principais Perspectivas sobre Coalizões Internacionais**

Principais Autores	1. Principais Áreas Temáticas de Aplicação da Teoria	2. Motivos para Formação e Manutenção das Coalizões	3. Orientações Teóricas	4. Relações entre o Nível Doméstico e o Internacional	5. Importância Dada às Instituições Internacionais	6. Importância Dada aos Atores não Estatais	7. Importância Dada às Ações dos Países em Desenvolvimento
Olson e Zeckhauser	Segurança internacional	Relação custo-benefício	Teoria da Escolha Racional	Inexistente	Média	Inexistente	Insignificante
Walt	Segurança internacional	Resposta a ameaças externas	Neorealismo	Pouco significativa	Pequena	Pouco significativa	Significativa
Keohane, Axelrod, Jervis e Tsebelis	Segurança e comércio internacional	Jogos repetidos e estratégias de reciprocidade	Teoria dos Jogos	Significativa, mas periférica à análise	Grande	Aparentemente inexistente	Pouco significativa
Wendt	Especialmente segurança internacional	Identidades comuns	Sociológica	Pouco significativa	Importante	Pouco significativa	Nenhuma
Narlikar	Comércio internacional	Barganhar com as grandes potências	Pluralista (construtivismo e racionalismo)	Pouco significativa	Importante	Inexistente	Significativa

No Quadro 1, classificamos os autores conforme: (1) as principais áreas de aplicação da teoria (segurança ou comércio internacional); (2) principais razões analíticas para a criação e manutenção das coalizões; (3) a orientação teórica dos autores; (4) a importância dada às políticas domésticas; (5) o papel das instituições internacionais; (6) a importância dos atores transnacionais para cada abordagem; e a (7) centralidade dada aos países em desenvolvimento.

Uma das principais considerações extraídas dessa literatura é que poucos estudiosos sobre coalizões internacionais dão destaque às políticas domésticas ao analisarem as coalizões internacionais. Se estendermos esse argumento para os países em desenvolvimento, essa crítica é ainda mais evidente. Assim, devemos desenvolver uma agenda de pesquisa para entender o papel de atores domésticos nas políticas externas de países em desenvolvimento que negociam por meio de coalizões em instituições internacionais como o GATT/OMC.

### **Abordagem complementar**

A metáfora dos jogos de dois níveis (Putnam, 1993 [1988]) pode preencher uma lacuna ainda existe nos estudos sobre coalizões internacionais. Essa abordagem analisa como as negociações internacionais interagem com as barganhas políticas domésticas. O autor argumenta que os líderes nacionais negociam as ratificações dos acordos nacionais com os seus governos. Por sua vez, estas negociações sofrem tanto com os constrangimentos internacionais quanto com os nacionais. No nível nacional, os grupos domésticos buscam seus interesses ao pressionarem o governo a adotar políticas públicas favoráveis a estes, e os políticos buscam maximizar seus poderes ao construir alianças entre tais grupos. No plano internacional, os go-

vernacionais procuram maximizar seus benefícios atendendo às pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das negociações internacionais.

Putnam distingue a barganha no Nível I, na qual os países negociam um possível acordo internacional, da barganha no Nível II, que envolve discussões paralelas entre as partes domésticas interessadas na ratificação do acordo. Assim, o *win-set* é definido como um “set of all possible Level I agreements that would ‘win’ in an up or down vote” (1993, p. 439). Nesse sentido, a possibilidade de um acordo no Nível I é fortemente influenciada pelas barganhas no Nível II, pois é necessário que haja uma sobreposição dos *win-sets* do Nível I e II para chegar-se a um acordo e este ser ratificado. Baseado nesta lógica, Putnam desenvolve três conjuntos de argumentos a respeito do tamanho dos *win-sets* do Nível II: as preferências e coalizões do Nível II, as instituições do Nível II e as estratégias do Nível I.

Em primeiro lugar, ele argumenta que o tamanho do *win-set* depende da distribuição de poderes, preferências e possíveis coalizões entre as partes constituintes do Nível II. Em particular, “the lower cost of ‘no-agreement’ to constituents, the smaller the win-set” (p. 443). Para os países poderosos, como, por exemplo, os Estados Unidos, os custos de não se chegar a um acordo são geralmente menores para os grupos e indivíduos domésticos do que para países pequenos e dependentes (p. 443). Assim, Estados mais autossuficientes “should make fewer international agreements and drive harder bargains in those that they do make” (p. 444).

O problema surge não apenas por causa das diferentes expectativas domésticas e sobre o que pode ser negociado de forma realista. Pode haver “*silence allies*” no campo opositor e “*silent enemies*” no campo doméstico. Assim, “transnational alignments may emerge, tacit or explicit, in which domestic interests

pressure their respective governments to adopt mutually supportive policies". Conforme Putnam, "in such cases domestic divisions may actually improve the prospects for international cooperation" (p. 445).

Uma estratégia para administrar as divisões domésticas ocorre com a presença dos *issue linkages* (relações entre questões). Frequentemente, não é possível alterar as preferências domésticas, mas é possível, por meio da barganha internacional, criar novas opções de políticas públicas que estavam previamente fora do controle doméstico. Putnam refere-se aos "issue linkages at Level I that alters the feasible outcomes at Level II" como "*synergistic linkages*". Ele sugere, assim, que a interdependência econômica "multiplies the opportunities for altering domestic coalitions (and thus policy outcomes) by expanding the set of feasible alternatives in this way – in effect creating political entanglements across national boundaries" (p. 448).

Em segundo lugar, Putnam argumenta que o tamanho do *win-set* depende das instituições políticas do Nível II. Nesse ponto, a relação entre o Nível I e o II gira em torno do procedimento de ratificação. Ele sugere que "the U.S. separation of powers imposes a tigher constraint on the American win-set than is true in many other countries. This increases the bargaining power of American negotiators, but it also reduces the scope for international cooperation" (p. 449).

O Putnam (1993, p. 450) sugere que

[...] the stronger a state is in terms of autonomy from domestic pressures, the *weaker* its relative bargaining position internationally. For example, diplomats representing an entrenched dictatorship are less able than representatives of a democracy to claim credibly that domestic pressures preclude some disadvantageous deal.

Finalmente, conforme esse autor, o tamanho do *win-set* depende das estratégias dos negociadores do Nível I. Ele argumenta que cada negociador do Nível I tem "an unequivocal interest in maximizing the other side's win-set", uma vez que quanto menor o *win-set*, menos provável será o acordo e mais difícil será a barganha. Ao mesmo tempo, choques entre os negociadores são quase inevitáveis: "Level I negotiators are often in collusion, since each has an interest in helping the other to get the final deal ratified" (p. 451).

A ideia dos jogos de dois níveis foi aprimorada por diversos autores e utilizada em uma série de análises de negociações internacionais. Entre os trabalhos importantes que aperfeiçoam essa teoria estão os de Milner (1997), Moyer (1993) e Patterson (1997). A primeira pela formalização com instrumentos matemáticos da teoria dos jogos. Os dois últimos por mostrarem que na União Europeia há um terceiro nível relevante para as negociações: o supranacional.

Tsebelis (1990), no campo da política comparada, também oferece *insights* importantes para os jogos de dois níveis, com a ideia de jogos ocultos (*nested games*) e de jogadores de veto (*veto players*). Em artigo na *International Organization*, Tsebelis e Garrett (2001, p. 358) argumentam que o equilíbrio de poder entre a Comissão Europeia, a Corte Europeia de Justiça, o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros foram substancialmente alterados desde o Tratado de Roma. Eles analisam essas mudanças conforme a evolução do regime legislativo da União Europeia e seu impacto no poder discricionário da Comissão para implementar políticas públicas (*policies*) e da Corte para julgar essas políticas. A conexão entre o Legislativo e o poder discricionário é direta. Quanto mais difícil passar a nova legislação (por exemplo, por causa de um

grande número de *veto players*), mais poder discricionário as cortes e os burocratas têm para aproximar as políticas públicas de suas próprias preferências.

Não necessitamos revisar a literatura sobre integração regional para argumentar que barganhas envolvendo coalizões de países em desenvolvimento podem ser entendidas, em grande parte, se examinarmos as políticas domésticas dos principais Estados negociadores. Entretanto, os processos de integração regional têm elementos similares à formação e manutenção de coalizões negociadoras como, por exemplo, a barganha para que os Estados nacionais cooperem entre si. Como estudos sobre integração regional já acumulam uma quantidade maior de conhecimento, inclusive sobre os fatores domésticos-nacionais da integração, essa literatura pode ser útil para refletirmos sobre a agenda de pesquisa que propomos neste artigo, ou seja, entender os determinantes domésticos das ações dos países que negociam lançando mão de coalizões internacionais.

### **Integrando os argumentos**

Como comentamos, a bibliografia sobre coalizões internacionais tem se preocupado principalmente com temas de segurança militar; realizando, em sua maioria, análises “estadocêntricas” sobre o comportamento das coalizões internacionais.

Alguns estudos examinam o papel das coalizões internacionais pela ótica dos países em desenvolvimento. Contudo, poucos têm se preocupado em compreender a importância da formulação das políticas domésticas para o entendimento das coalizões internacionais.

Uma pesquisa que leve em conta a formulação das políticas domésticas de todos os países pertencentes a determinada coalizão, principalmente se ela possuir um grande número de participantes, pode demandar um esforço desnecessário, uma vez que o cenário

doméstico de alguns membros pouco influencia o sucesso da aliança. Alternativamente, pode-se focar no processo político doméstico de um ou de poucos países participantes relevantes para a coalizão. Contudo, como as coalizões formadas por potências médias contrapõem-se, muitas vezes, aos interesses das grandes potências, o entendimento da formulação das políticas domésticas dessas últimas nações *pode* ser ainda mais determinante para o sucesso da ação coletiva internacional. Do mesmo modo, e de forma complementar, é importante entender como as potências contrárias à coalizão buscam fragmentar os interesses domésticos dos países-membros.

Pesquisas que almejam compreender a influência dos países nos assuntos domésticos alheios não entram em choque com o argumento – longe de ser comprovado – de que os interesses da maioria das nações em desenvolvimento não contam com considerável participação de suas sociedades civis, pois não seriam democracias abertas, com grupos de interesses significativos e participativos (Narlikar, 2003, p. 20). Por outro lado, se constataremos que o entendimento das políticas domésticas influencia os resultados perseguidos pelas coalizões internacionais, a diplomacia dos países fracos poderá concentrar seus escassos poderes de barganha para mudar políticas no âmbito doméstico das grandes potências, conseguindo aliados dentro das fronteiras dos Estados desenvolvidos. Da mesma maneira, poderiam tentar barrar as influências externas que não considerassem interessantes para os seus Estados.

Por fim, desconsiderando outros fatores que influenciam a ação coletiva internacional, as seguintes hipóteses para uma futura agenda de pesquisa devem ser examinadas:

- quanto mais a coalizão internacional conseguir influenciar grupos de interesses,

políticos (Legislativo e Executivo) e burocratas dos Estados a ela contrários, maior será a chance de serem bem-sucedidas na obtenção de seus objetivos iniciais;

- quanto mais os Estados poderosos conseguirem fragmentar os interesses de grupos domésticos (legisladores, Executivo, burocratas e grupos de interesses) dos participantes da coalizão, menos chance eles terão de obter êxito.

Segundo Carvalho (2010), foi necessário criar coalizões internacionais para o Brasil aumentar seu poder de barganha frente aos Estados Unidos e à União Europeia com relação à liberalização agrícola internacional. Para a autora, a Rodada Doha encontrou-se em um impasse em 2008, quando o Brasil se afastou da posição do G-20 e aceitou a proposta do Secretário Geral da OMC, Pascal Lamy, como base para as negociações. Nessa proposta, havia critérios mais flexíveis para a aplicação do Mecanismo de Salvaguarda Especial e consideráveis cortes tarifários para o acesso

ao mercado de bens industriais. A posição do Brasil no impasse é explicada pelas pressões domésticas dos grupos de interesse do agronegócio e pelas divergências que se instalaram no âmbito do G-20. “A intensificação dos desacordos das organizações representativas do agronegócio e das divergências no âmbito do G-20 erodiram a capacidade do Brasil de continuar a negociar [...] por meio de coalizão [...] e contribuíram para que o país se afastasse do G-20 e aceitasse o pacote proposto pela OMC” (Carvalho, 2010, p. 407-408).

O trabalho de Carvalho (2010) sobre o papel de grupos domésticos brasileiros com relação ao posicionamento do país no G-20 durante as negociações de Doha exemplifica a agenda de pesquisa que estamos propondo neste artigo. Porém, é necessário elaborar estudos de casos comparativos, envolvendo outros países além do Brasil e outras coalizões negociadoras (além do G-20) para estabelecer padrões de influência de grupos domésticos no estabelecimento e manutenção de alianças internacionais.

## Notas

- 1 Essa crítica é constantemente repetida em diversos trabalhos por uma série de autores, como Mohammed Ayoob, Arlene Tickner, Carlos Escudé, entre outros.
- 2 Grupos de interesses são organizações “which engages in activity relative to governmental action” (Salisbury, 1975, p. 175).
- 3 Possivelmente a capacidade de atuar nos jogos de dois níveis dos países adversários da coalizão possa não ser sempre a principal variável explicativa para entender o sucesso destas na busca de seus objetivos. Contudo, esta capacidade deve ser considerada ao menos como uma variável interveniente para o entendimento deste resultado político.
- 4 Em *A lógica da ação coletiva*, Olson (1999) [1965] demonstra que existe uma tendência à exploração dos maiores pelos menores no que diz respeito à obtenção dos benefícios coletivos do grupo. A preocupação com o tamanho das coalizões é uma constante entre os estudos que utilizam modelos formais (Buchanan, 1965; Olson, 1971; 1982). Segundo o “princípio do tamanho” de Riker, “with complete and perfect information, winning coalitions tend toward the minimal winning size” (Riker, 1970 [1962], p. 305). Assim, em situações similares a um

“n-person, zero-sum games with side-payments, participants create coalitions just as large as they believe will ensure winning and no larger” (Riker, 1962, p. 32).

- 5 O ótimo de Pareto é uma situação em que os recursos de uma economia são alocados de tal maneira que nenhuma reordenação diferente possa melhorar a situação de qualquer indivíduo (ou agente econômico) sem piorar a situação de outro.
- 6 O conceito de “empreendedor político” ajuda a explicar porque alguns grupos grandes se mantêm coesos. Conforme essa noção, certos indivíduos arcam de forma desproporcional com os custos da ação coletiva em troca de possíveis benefícios privados concernentes às suas carreiras (Moe, 1980; Hardin, 1982).
- 7 A “penetração transnacional” é definida como uma manipulação direta ou indireta de um sistema político doméstico de um Estado por parte de outro. Ela pode adquirir muitas formas: (1) funcionários públicos que usam suas posições para aproximar um Estado de outro; (2) “lobistas” usados para alterar as políticas públicas ou as percepções a respeito de um aliado potencial; e (3) propaganda externa usada para alterar as atitudes das elites ou das massas (Walt, 1985, p. 30).
- 8 Por volta do século XIX, a expressão *logrolling* começou a ser usada como uma metáfora para expressar a ajuda mútua entre políticos, onde um legislador apoiava o projeto de outro para conseguir uma garantia de apoio futuro (Wilson, 1980, p. 432). Atualmente o termo *logrolling* também tem sido usado nas relações internacionais.
- 9 O sucesso ou fracasso guarda uma correspondência entre as metas iniciais do grupo e os resultados obtidos após a negociação.
- 10 Conforme Gamson (1961), os recursos de poder agregados são a principal característica para a formação de uma coalizão.

## Bibliografia

- AXELROD, Robert (1984), *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. (1985), “Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions”. *World Politics*, v. 38, n. 1, p. 226-254.
- AYOOB, Mohammed (2002), “Inequality and theorizing in international relations: the case for subaltern realism”. *International Studies Review*, v. 4, n. 3, p. 27-48.
- BUCHANAN, James M. (1965), “An economic theory of clubs”. *Economica, New Series*, v. 32, n. 125, p. 1-14.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (2010), “Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha”. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 405-445.
- GAMSON, William A. (1961), “A theory of coalition formation”. *American Sociological Review*, v. 26, n. 3, p. 373-382.

- GOUREVITCH, Peter (1978), "The second image reversed". *International Organization*, v. 32, n. 4, p. 881-912.
- HARDIN, Russell (1982), *Collective action*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- HIGGOTT, Richard A. e COOPER, Andrew Fenton. (1990), "Middle power leadership and coalition building: Australia, the Cairns Group, and the Uruguay Round of Trade Negotiations". *International Organization*, v. 44, n. 4, p. 589-632.
- HAGAN, Joe D. et al. (2001), "Foreign policy by coalition: deadlock, compromise, and anarchy". *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 169-216.
- HERMANN, Charles F. et al. (2001), "Resolve, accept, or avoid: effects of group conflict on foreign policy decisions". *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 133-168.
- HERMANN, Margaret G. (2001), "How decision units shape foreign policy: a theoretical framework". *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 47-81.
- HERMANN, Margaret G.; HAGAN, Joe D. Hagan (eds.) (2001), "Leaders, groups and coalitions: understanding the people and process in foreign policymaking". *International Studies Review* (Special Issue), v. 3, n. 2.
- JERVIS, Robert (1978), "Cooperation under the security dilemma". *World Politics*, v. 30, n. 2, Jan., p. 167-214.
- KECK, Margareth E.; SIKKING, Kathryn (1998), *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- KEOHANE, Robert O. (1971), "The big influence of small allies". *Foreign Policy*, n. 2, p. 161-182.
- MILNER, Helen V. (1992), "International theories of cooperation among nations: strenghts and weaknesses". *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.
- \_\_\_\_\_. (1997), *Interests, institutions, and information: domestic politics and international relations*. New Jersey: Princeton University Press.
- MOE, Terry M. (1980), *The organization of interests: incentives and the internal dynamics of political interest groups*. Chicago: University of Chicago Press.
- MOYER, H. Wayne (1993), "The European community in the GATT Uruguay Round: preserving the common agriculture policy at all costs", in William Avery (ed.), *International Political Economy Yearbook*, v. 7: World agriculture and the GATT. Boulder, Colorado: Lynne Reinner.
- NARLIKAR, Amrita (2003), *International trade and developing countries: bargaining coalitions in the GATT e WTO*. London: Routledge.

- NARLIKAR, Amrita; TUSSIE, Diana (2004), “O G20 e a Reunião Ministerial de Cancun: os países em desenvolvimento e suas novas coalizões”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 79.
- OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006), “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.
- OLSON Jr., Mancur (1999) [1965], *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. (1971), “Increasing the incentives for international cooperation”. *International Organization*, v. 25, n. 4, p. 866-874.
- \_\_\_\_\_. (1982), *The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven; London: Yale University Press.
- OLSON, Jr., Mancur; ZECKHAUSER, Richard (1970) [1966], “An Economic Theory of Alliances”, in Francis A. Beer (ed.), *Alliances: latent war communities in the contemporary world*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- PATTERSON, Lee Ann (1997), “Agricultural policy reform in the European community: a three-level game analysis”, *International Organization*, v. 51, n. 1, p. 133-165.
- PUTNAM, Robert (1993) [1988], “Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games”, in Peter Evans; Harold K. Jacobson; Robert D. Putnam (eds.), *Double-edged diplomacy*. Berkeley: University of California Press.
- RIKER, William H. (1962), *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press.
- \_\_\_\_\_. (1970) [1962], “Reflections on empires”, in Francis A. Beer (ed.), *Alliances: latent war communities in the contemporary world*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- ROGOWSKI, Ronald (1989), *Commerce and coalitions: how trade affects domestic political alignments*. New Jersey: Princeton University Press.
- SALISBURY, Robert (1975), “Interest groups”, in Nelson Polsby; Fred Greenstein (orgs.), *Handbook of Political Science*. Boston: Addison-Wesley Publishing Company, v. 4.
- SELL, Susan; PRAKASH, Aseem (2004), “Using ideas strategically: the contest between business and NGO networks in intellectual property rights”. *International Studies Quarterly*, v. 48, n. 1, p. 143-175.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina; SANTOS, Fabiano (2001), “O congresso e a política de comércio exterior”. *Lua Nova*, n. 52, p. 121-149.
- TSEBELIS, George (1990), *Nested games: rational choice in comparative politics*. California: University of California Press.

TSEBELIS, George; GARRETT, Geoffrey (2001), "The institutional foundations of intergovernmentalism and supranationalism in the European Union". *International Organization*, v. 55, n. 2, p. 357-390.

VILLA, Rafael Duarte (2005), "Coalizões internacionais de ativistas verdes na política internacional contemporânea", in Ana Paula Tostes; Álvaro de Vita (orgs.), *Justiça e processos democráticos transnacionais*. São Paulo: Humanitas.

WALT, Stephen M. (1985), "Alliance formation and the balance of power". *International Security*, v. 9, n. 4, p. 3-43.

\_\_\_\_\_. (1987), *The origins of alliances*. Ithaca; London: Cornell University Press.

WALTZ, Kenneth N. (1979) *Theory of international politics*. Massachusetts: Addison-Wesley.

WENDT, Alexander (1994), "Collective identity formation and the international state". *American Political Science Review*, v. 88, n. 2, p. 384-396.

WILSON, James Q. (1980), *American government: institutions and policies*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Company.

Artigo recebido em agosto /2008

Aprovado em dezembro/2010

## Resumo

*Coalizões internacionais: revisão da literatura e propostas para uma agenda de pesquisa*

A literatura de coalizões internacionais presta pouca atenção à cooperação entre os países em desenvolvimento e negligencia a análise da política doméstica para entender os resultados das barganhas que envolvem estas nações. Essas lacunas decorrem: (1) do crescente, mas ainda novo, destaque obtido por esses países em fóruns multilaterais, como, por exemplo, na Organização Mundial de Comércio (OMC); (2) da crença teórica de que as ações dos países em desenvolvimento são irrelevantes para o entendimento das relações internacionais; e (3) da ênfase das teorias tradicionais sobre coalizões em temas de segurança militar, que é menos permeável às demandas de grupos domésticos. Este artigo proporá uma agenda de pesquisa acerca desse assunto.

**Palavras-chave:** Coalizões internacionais; Política doméstica; Países em desenvolvimento; OMC; Agenda de pesquisa.

## Abstract

*International coalitions: literature review and a research agenda proposal*

The literature on international coalitions pays little attention to cooperation between developing countries and neglects the analysis of domestic politics to understand bargains among States. This happens because (1) developing countries only recently started to be more active in international institutions, such

as the World Trade Organization (WTO); (2) some theories believe developing countries are irrelevant to understand international relations; and (3) traditional theories on coalitions emphasizes international security, which is more isolated from domestic groups' demands. This article will advocate a research agenda about that matter.

**Keywords:** International coalitions; Domestic politics; Developing countries; WTO; Research agenda.

## **Résumé**

*Coalitions internationales: révision de la littérature et propositions pour un agenda de recherche*

La littérature de coalitions internationales aborde très peu la coopération entre les pays en développement et néglige l'analyse de la politique domestique pour comprendre les résultats des échanges qui engagent ces nations. Ces lacunes découlent: (1) de la croissante mais encore nouvelle importance obtenue par ces pays dans les forums multilatéraux comme, par exemple, à l'Organisation Mondiale du Commerce (OMC); (2) de la croyance théorique selon laquelle les pays en développement sont sans importance pour la compréhension des relations internationales; et (3) de l'accent mis par les théories traditionnelles sur les coalitions dans les thèmes de la sécurité militaire, qui est moins perméable aux demandes de groupes domestiques. Cet article proposera un agenda de recherche sur ce sujet.

**Mots-clés:** Coalitions internationales; Politique domestique; Pays en développement; OMC; Agenda de recherche.